



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

<b>Ata - Comissão Permanente</b>		
<b>Direitos Humanos, Habitação, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor</b>		
<b>Reunião:</b> 12ª Ordinária	<b>Sessão legislativa:</b> 3ª	<b>Legislatura:</b> 19ª
<b>Data:</b> 9/5/23		
<b>Horário de início:</b> 9h38min	<b>Horário de encerramento:</b> 12h35min	
<b>Local:</b> Plenário Camil Caram		
<b>Vídeo da reunião disponível no portal da Câmara</b>		

## ABERTURA

Sob a presidência do vereador Gilson Guimarães e com a presença remota do vereador Bruno Miranda e da vereadora Iza Lourença, reuniu-se a comissão.

Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos.

## ORDEM DOS TRABALHOS

## COMUNICAÇÃO DE APROVAÇÃO DE ATAS

Como não houve impugnação, o presidente comunicou a aprovação da Ata da 9ª Reunião Ordinária, realizada em 18/4/23.

O presidente anunciou a presença do vereador Pedro Patrus, membro da comissão.

O presidente inverteu a ORDEM DOS TRABALHOS, passando a apreciar:

## DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

EM TURNO ÚNICO: 1) Requerimento de Comissão nº 1.144/23 - realização de Audiência Pública para “Debater as supostas irregularidades cometidas pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) na leitura da conta de diversos consumidores”, em 30/5/23, às 9h30min, no Plenário Camil Caram. Aatoria: vereador Irlan Melo.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Os vereadores Pedro Patrus, Bruno Miranda e a vereadora Iza Lourença discutiram o requerimento de comissão.

O presidente informou que colocaria em votação o requerimento de comissão, sem constar a data, o horário e local de realização da audiência.

Aprovado por unanimidade, ficando a data, o horário e o local da Audiência Pública para definição posterior.

2) Requerimento de Comissão nº 1.161/23 - realização de Audiência Pública para “debater sobre o aumento das tarifas do transporte público na cidade”. A autoria: vereadora Iza Lourença e vereadores Bruno Pedralva e Pedro Patrus.

Aprovado por unanimidade.

3) Requerimento de Comissão nº 1.162/23 – alteração na lista de convidados para a Audiência Pública aprovada no Requerimento de Comissão nº 604/22, que visa “debater os impactos da instalação da ‘Casa de Passagem’ à avenida Flávio dos Santos, bairro Floresta”. A autoria: vereador Wilsinho da Tabu.

Aprovado por unanimidade.

4) Requerimento de Comissão nº 1.163/23 - pedido de informação ao “prefeito Fuad Noman” para “obter informações referentes à criação de um Centro de Referência de Idosos na Avenida Raja Gabaglia, 1751, regional Oeste da capital”. A autoria: vereador Wilsinho da Tabu.

Aprovado por unanimidade.

5) Requerimento de Comissão nº 1.166/23 - pedido de informação a “Rosilene Rocha, Secretária Municipal de Assistência Social” para “requerer informações sobre



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

o funcionamento da Casa de Acolhimento LGBT da Prefeitura de BH”. A autoria: vereadoras Iza Lourença e Cida Falabella.

Aprovado por unanimidade.

6) Requerimento de Comissão nº 1.167/23 - realização de Visita Técnica para “conhecer o espaço e avaliar o funcionamento da Casa de Acolhimento LGBT da Prefeitura de Belo Horizonte”, no dia 23/5/23, às 14 horas, que se localiza na Rua Brasópolis, no Bairro Floresta. A autoria: vereadoras Cida Falabella e Iza Lourença.

Aprovado por unanimidade.

7) Requerimento de Comissão nº 1.168/23 - realização de Audiência Pública para “discutir desocupações e desapropriações ao longo da linha de transmissão da Cemig na Vila Bernadete, Vila Pinho, Vila Independência, Alto das Antenas (Vila Cemig), Morro das Pedras (Vila Antena), Vila Ecológica e Conjunto Paulo VI” no dia 13/6/23, às 9h30min, no Plenário Camil Caram. A autoria: vereador Pedro Patrus.

Aprovado.

Registre-se que o vereador Bruno Miranda não participou da votação.

EM SEGUNDO TURNO: 8) Projeto de Lei nº 213/22 - “Institui sanção administrativa de multa para pessoa que fraudar a comprovação da vacinação contra o Coronavírus SARS-CoV-2 e/ou resultado de exame para Covid-19 e dá outras providências”. A autoria: vereador Bruno Miranda.

Aprovado por unanimidade o parecer da relatora, vereadora Iza Lourença, pela aprovação da Emenda nº 1.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

9) Projeto de Lei nº 315/23 - “Dispõe sobre a publicidade no Portal de Transparência dos dados relativos ao transporte coletivo por ônibus no município de Belo Horizonte”. Autoria: vereadora Macaé Evaristo e vereador Pedro Patrus.

Aprovado o parecer da relatora, vereadora Iza Lourença, pela aprovação das emendas nºs 2 a 6 e pela rejeição da Emenda nº 1.

Assumiu a presidência o vereador Pedro Patrus.

EM PRIMEIRO TURNO: 10) Projeto de Lei nº 340/22 - “Institui a Política Municipal Intersetorial para Atendimento à População em Situação de Rua - PPSR em Belo Horizonte e dá outras providências”. Autoria: vereadores Braulio Lara, Gilson Guimarães, Henrique Braga, Rogério Alkimim e Wesley Moreira.

O vereador Pedro Patrus discutiu o projeto de lei.

Aprovado por unanimidade o parecer do relator, vereador Pedro Patrus, pela rejeição.

Reassumiu a presidência o vereador Gilson Guimarães.

### OUTROS ASSUNTOS DA COMISSÃO

Foi dada ciência à comissão sobre o recebimento Ofício da Diretoria de Processo Legislativo - Dirleg - nº 3.199/23, que convida a comissão para participar de audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, que ocorrerá no dia 29/05/23, às 13h30min, no Plenário Helvécio Arantes, na qual discutirá o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO 2024.

### AUDIÊNCIA PÚBLICA

**Finalidade:** discutir a prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Município de Belo Horizonte: Políticas Públicas e Orçamentos



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Requerimento de Comissão nº: 611/23**

**Autoria:** vereador Pedro Patrus

Reassumiu a presidência o Pedro Patrus.

Foram convidados a tomar assento a mesa: 1) o presidente do Conselho Tutelar da Regional Leste de Belo Horizonte, Maurício Barbosa Brandão, representante, neste ato, dos demais conselheiros municipais; 2) a vice-presidente do Conselho da Criança e do Adolescente, Maria Tereza Nunes Mathias Fonseca; 3) Carlos Guilherme, representante, neste ato, do Fórum de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes de Minas Gerais; 4) Elenir de Fátima Braga, assessora do Instituto DH: Promoção, Pesquisa e Intervenção em Direitos Humanos e Cidadania; 5) Gleicenir Vaz Teixeira, Diretora de Políticas Públicas da PBH; 6) Rafael Alvarenga do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA-BH; 7) o integrante do Projeto Itamar, Pedro; 8) o representante do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte, Maurício Ventura; 9) o representante da Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG - João Vitor; 10) a representante da Coordenadoria da Infância e da Juventude do TJMG, Natália; 11) a assistente do Coing e do TJMG, Ana Denise; 12) a analista de Políticas Públicas da Diretoria Central da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão da Prefeitura de Belo Horizonte-PBH, Claudineia Ferreira Jacinta; 13) a diretora de Planejamento da Sub-secretaria de Planejamento e Orçamento da PBH, Denise Barcelos.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O presidente anunciou, ainda, a presença remota do vereador César Gordim, membro da comissão.

O presidente informou que, naquele momento, ocorreria uma apresentação de jovens integrantes do Projeto Itamar, que é uma associação sem fins lucrativos formada por voluntários que levam esporte e outras atividades de cunho social a jovens do Aglomerado da Serra. Suspendeu, então, a reunião, por 20 minutos, para a apresentação de jovens que treinam taekwondô por meio do projeto.

Reaberta a reunião, o presidente convidou para tomar assento à mesa: 14) o guarda civil Itamar José da Silva, responsável pelo Projeto Itamar; 15) Kelly Cristina da Silva, representante do Fica Vivo; 16) o subsecretário de Direito da Cidadania da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania – SMASAC -, Thiago Alves da Costa; 17) a defensora pública da 1ª Defensoria da Criança e do Adolescente Civil de Belo Horizonte, Eden Mattar.

Registrou, também, a presença (18) de representantes Centro Pop Miguilim, que é um serviço da Prefeitura, voltado a crianças e adolescentes que utilizam as ruas como espaço de moradia, e destacou que esse centro havia completado 30 anos de funcionamento. Manifestou, ainda, satisfação pela presença de (19) Beth, representante da organização Oficina de Imagens.

O presidente registrou que dezoito de maio é o Dia Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, instituído pela Lei Federal 9.970/00. Declarou, então, que esta audiência pública tinha o objetivo de debater políticas públicas e orçamento para a prevenção a esta violência no Município, além de promover maior visibilidade ao assunto. Nesse sentido, relatou



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

que, desde a aprovação dessa data, anualmente procura promover algum evento para que promova a visibilidade do tema e se busquem medidas de combate a essa violência. De acordo com o vereador, o combate à violência sexual não pode se dar apenas por meio de ações das forças de segurança, mas também pelo fortalecimento de políticas públicas e da rede em defesa da criança e do adolescente, bem como por meio da destinação de recursos orçamentários para ações voltadas a este público.

Thiago Alves destacou o compromisso da PBH, por meio da SMASAC, no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes e que, para tanto, desenvolve uma programação relativa ao Maio Laranja, cuja agenda encontra-se totalmente disponível na internet. Afirmou que, diariamente neste mês, estão ocorrendo atividades alusivas ao tema. Relatou que, neste ano, a Prefeitura vem promovendo campanha e sensibilização junto a estudantes sobre a prevenção e a proteção à exploração sexual infantil e juvenil através de apresentações artísticas. Além disso, oficinas, contação de histórias e rodas de conversa têm como objetivo promover reflexões acerca das situações de violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes, bem como ofertar orientações sobre a rede de proteção existente, os direitos previstos em lei e o enfrentamento a essas situações no Município. Considerou que, durante a pandemia da covid-19, a identificação de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes tornou-se mais difícil, em razão da necessidade do isolamento social. Apontou que esse isolamento afastou estudantes de unidades de ensino e de outros equipamentos públicos capazes de prevenir e combater abusos, os quais, muitas vezes, são perpetrados por pessoas



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

próximas. Explicou que a prevenção contra a violência sexual deve se dar por meio da educação e apontou a necessidade de conversar com crianças e adolescentes a respeito do que não pode ser feito com corpo deles. Nesse sentido, informou que a Prefeitura está utilizando o livro "Não me toca, seu boboca", com o objetivo de promover ações de prevenção a qualquer forma de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Avaliou que esse material pedagógico serve para indicar fazer com que a criança entenda que aquela atitude não é correta e que ela pode pedir em situações de risco.

Denise Barcelos explicou que a Prefeitura adota, desde 2006, uma metodologia específica de apuração de ações e projetos que são destinados direta e indiretamente para crianças e adolescentes do município. Afirmou que essa metodologia é utilizada para o cálculo do Orçamento da Criança e do Adolescente – OCA -, tendo, por isso, se tornado uma referência nacional no assunto. Considerou que o OCA é uma metodologia que se propõe a ser uma ferramenta de gestão que evidencie os gastos públicos com crianças e adolescentes permitindo que a sociedade civil possa verificar se as prioridades assumidas pelo governante estão refletidas nas peças orçamentárias. Relatou que a metodologia identifica recursos aplicados em ações e projetos destinados a crianças e adolescentes em áreas como saúde, educação, segurança, mobilidade, esportes, entre outras. Informou que, para tanto, mais de R\$ 4 bilhões do orçamento anual são destinados a crianças e adolescentes, o que representa cerca de 30% do orçamento total do Município. Destaca que, além da metodologia acima citada e aprimorada ao longo do tempo, a cada quatro meses a PBH faz a prestação de contas do orçamento da criança e do



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

adolescente em audiência, e os relatórios são publicados na internet, o que promove transparência e assegura o controle social ao orçamento.

Claudineia Ferreira Jacinta parabenizou a comissão pela realização desta audiência e colocou-se à disposição para esclarecimentos que se tornarem necessários. Manifestou-se honrada por ser conselheira da criança e do adolescente.

Maria Tereza avaliou se difícil falar sobre a defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente pelo fato de, apesar de serem um público prioritário das políticas públicas, nem sempre há orçamento necessário para adoção dessas políticas. Registrou, no entanto, avanços nessas políticas, graças à ação do conselho e da PBH, que tem direcionado programas e serviços de qualidade que visam resguardar a integridade das crianças e dos adolescentes. Explicou que o conselho é formado por representantes do governo e da sociedade civil e tem como competência estabelecer diretrizes públicas para crianças, adolescentes e suas famílias. Destacou que, por estarem em desenvolvimento, crianças e adolescentes precisam de apoio e cuidado de pessoas adultas para se desenvolverem. Por outro lado, apontou que a violência sexual é um ato criminoso, que faz parte de um grupo de violências que podem ocorrer em todas as relações, sejam elas sociais, comunitárias e familiares. Relatou que, a cada 4 anos, é feito um planejamento, o Plano Plurianual de Ações Governamentais - PPAG -, que serve para a PBH estabelecer prioridade e recursos financeiros. O conselho, em parceria com órgãos públicos e judiciários e entidades da sociedade civil, elege as prioridades para as políticas de crianças e adolescentes para os próximos 4 anos. Citou a Conferência



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em que várias propostas foram deliberadas, tornando uma resolução, que foi encaminhada à PBH e à esta Casa. Citou, também, o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, que estabelece os critérios para o uso de recursos públicos voltados para a criança e para o adolescente. Afirmou que recursos específicos foram destinados à prevenção de violências, como a divulgação de campanhas, para as quais, apontou haver recursos públicos para monitorar a eficácia delas. Registrou, ainda, que esses recursos também serão destinados ao fortalecimento das famílias, para que consigam sustentar e educar seus filhos; e para ações que visem à prevenção à violência. Lembrou-se, também, que se encontra em fase de atualização o Plano Municipal da Infância e da Adolescência, em que o conselho observou haver poucas ações destinadas ao enfrentamento da violência sexual, razão pela qual afirmou que esse tema será especificamente inserido em sua atualização. Destacou a importância das fichas de notificação, pois permitem notificar casos diagnosticados por profissionais, como professores e assistentes sociais, que conseguem perceber indícios de que a criança está sofrendo maus tratos e, assim, iniciar uma investigação. Disse que, para avanço das políticas públicas, é preciso haver diálogo entre os diversos conselhos e entre os orçamentos para que, conhecendo as peculiaridades de cada regional do município, deliberações conjuntas possam ser tomadas, além de ser tomadas as deliberações advindas das conferências. Afirmou, por fim, totalizarem 40 conselheiros que representam as crianças e os adolescentes e que se encontram à disposição para atuar em prol deles.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Maurício Barbosa destacou a importância da presença de crianças e adolescentes nesta audiência, de forma a conhecerem e a lutar por seus direitos. Considerou que, para os conselheiros, a data 18 de maio ocorre todos os dias, em razão de atuarem diariamente e efetivamente na prevenção dessa violência. Relatou ter acompanhado diversos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes e, posteriormente, perceber o trauma que essa violência gera neles ao se tornarem adultos. Destaca que situações de violência sexual demandam acompanhamento psicológico e psiquiátrico, mas lamentou a dificuldade de conseguir o atendimento destes profissionais para as vítimas. Defendeu, então, maior investimento na prevenção, pois, em seu entendimento, a prevenção contra a violência sexual não deve prescindir da conscientização e, por isso, o Conselho Tutelar vem trabalhando com as instituições de ensino. Para Maurício Barbosa, as escolas têm extrema importância no combate e na prevenção à violência sexual e, desse modo, o conselho atua nas instituições de ensino explicando o que é o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA -, a função do Conselho Tutelar e apresentando os mecanismos de denúncia contra abusos. Declarou que, quando o caso de violência sexual é percebido pelo serviço de saúde, em geral, a situação já está grave; daí a importância de ações nas escolas para se prevenir tais situações. Para tanto, defendeu a abertura das escolas à comunidade nos fins de semana, permitindo, assim, a prática de esportes por crianças e adolescentes. Criticou, ainda, o fato de algumas regiões terem poucas instituições para ajudar as crianças e adolescentes e, por isso, conseguem atender a poucas delas, gerando uma imensa fila de espera. Nesse sentido, apontou a necessidade, nas regiões de maior vulnerabilidade social,



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

da ampliação no número de equipamentos públicos para atendimento a este segmento e maior incentivo à criação de projetos sociais nesses locais. Disse, por fim, ser necessário mais investimento em prevenção e um trabalho conjunto em prol dos direitos de crianças e adolescentes. Destacou, por fim, o importante trabalho desenvolvido pelos conselheiros tutelares, mas defendeu um trabalho em rede, pois, sozinhos, os conselheiros não conseguem atuar.

O presidente registrou a presença do representante da Oficina de Imagens, Rodrigo Correa, e da conselheira da Regional Leste, Maria Cristina. Convidou a tomar assento à mesa, o representante do Projeto Miguilim, Ronaldo Salgueiro.

Ana Denise informou estar representando a desembargadora Valéria, que por questões de agenda, não pode estar presente. Afirmou ser tema de muita relevância e que demanda preocupação por parte do Poder Judiciário, tanto que promove ações para prevenir a violência contra crianças e adolescentes, entre elas, o programa Juízes Vão às Escolas, por meio do qual os juízes de Direito, especialmente os da Infância e da Juventude, realizam palestras em unidades de ensino a respeito de temas relacionados à prevenção de abusos e à defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Registrou que o tribunal dispõe de 152 salas para depoimento especial, onde podem ouvir as crianças e adolescentes de forma respeitosa. Considerou que a proximidade entre o representante do Poder Judiciário e os estudantes, além de levar conhecimentos necessário à prevenção, tem o objetivo de facilitar as denúncias em caso de violências.

Natália reforçou a importância desta audiência, pois, segundo declarou, não basta agir apenas após a ocorrência da violência, é preciso agir de forma preventiva.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Defendeu um trabalho em rede, ou seja, juntamente com os gestores do município, os conselheiros, o judiciário, os parlamentares, entre outros, de forma a criar ações mais eficazes. Destacou o Programa Flor do Sino, que tem por objetivo a criação de um núcleo para acolhimento, proteção e tutela dos direitos das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Relatou que o programa visa ao acolhimento de crianças que já foram vítimas de violência, e, em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas – que entrará com profissionais de psicologia, assistência social, entre outros, de forma a oferecer cuidado integral à criança. Defendeu, também, a continuidade do trabalho em que os juízes vão às escolas, pois, em seu entendimento, esse trabalho permite com que as crianças percam o medo e o receio de denunciar a violência que porventura sofrem.

Heleni de Fátima disse integrar uma coordenação do FEVCA, fórum que existe desde 2002 com a finalidade de estabelecer articulações e ações para o enfrentamento da violência sexual contra a criança e ao adolescente, além de acompanhar o orçamento público destinado àquelas ações. Defendeu a prevenção como melhor forma de agir, mas que é preciso pensar, também, nas ações direcionadas às crianças que já sofreram a violência, para que a criança consiga viver em sociedade com dignidade e conseguir reconstruir sua vida, com alegria de viver. Lembrou que o ECA diz que a criança e o adolescente são seres em desenvolvimento e, por isso, merecem todo o respeito. Afirmou, por fim, que o fórum atua visando ao fortalecimento de ações públicas, por meio de parceria com órgãos públicos, instituições da sociedade civil, entre outros.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Carlos Guilherme parabenizou o CMDCA pela publicação de resolução em que cria o Comitê de Participação de Adolescentes, que oferecerá estrutura para ouvir os adolescentes. Relatou que o Fórum de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes de Minas Gerais - Fevcang - passou por uma reformulação em sua estrutura administrativa, passando a ter uma representação colegiada, ou seja, 5 instituições o gerenciam, de forma a atuar de maneira descentralizada. Disse ser preciso estabelecer, de forma clara, o fluxo de atendimento da escuta especializada, de forma que essa pactuação com os órgãos de justiça seja capaz de defender os direitos da criança e do adolescente. Manifestou satisfação pela apresentação de um grupo de trabalho social, dirigido pelo Itamar José da Silva, que, de maneira voluntária, por meio do Taekwondo, promove a prevenção à violência a cerca de 70 alunos. Destacou o poder do esporte de promover um equilíbrio físico e psicológico nos praticantes.

Kelly Cristina da Silva que atua no Aglomerado da Serra e explicou que o Programa Fica Vivo tem por objetivo controlar e prevenir a ocorrência de homicídios dolosos em áreas com altos índices de criminalidade violenta em Minas Gerais, melhorando a qualidade de vida da população. Disse que o programa faz acompanhamento especializado e oferece cerca de 600 oficinas voltadas para o esporte, a arte e a cultura para adolescentes e jovens de 12 a 24 anos em situação de risco social. Informou que o programa realiza reuniões mensais com a comunidade local de forma a mensurar a redução da criminalidade e como a comunidade estaria concebendo o programa. Registrou que as ações de atendimento são realizadas por meio de oficinas, atendimentos psicossociais,



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

projetos locais, multiplicadores e grupos de jovens. Considerou que as oficinas são estratégias de aproximação e atendimento aos jovens articuladas às características das áreas atendidas, tais como aspectos criminais, culturais, sociais, históricos e geográficos. Afirmou que os focos das oficinas são a prevenção à criminalidade, a potencialização do acesso dos jovens aos serviços e aos espaços públicos, a possibilitação da vivência do direito de ir e vir, o favorecimento da inserção e da participação dos jovens em novas formas de grupos, a discussão de temas relacionados à cidadania e aos direitos humanos e a criação de espaços de resolução de conflitos e rivalidades. Apontou o surgimento de uma nova juventude após a pandemia, que obriga a se pensar em novas estratégias de combate e a traçar novas ações para atuar de forma mais significativa as violências pelas quais essa juventude passa. Lamentou o uso das redes sociais no fomento à violência, como o estupro virtual. Apontou a dificuldade para mensurar esse tipo de violência. Disse perceber o aumento de casos de violência sexual e, principalmente, o fato de muitas desses casos não chegarem aos órgãos competentes. Registrou que, em determinada região, o tráfico de drogas acaba por impor suas próprias leis, o que acaba por intimidar membros da comunidade a procurar ajuda em uma unidade policial. Considerou ser esse o maior desafio do programa. Disse ser preciso ensinar os jovens a protagonizar, a expor o que ocorre com eles, pois são eles que vivenciam a violência, de forma a receberem atendimento da forma mais genuína possível e criar ações neste sentido. Destacou, por fim, a importância da atuação, junto com os órgãos públicos, de profissionais de psicologia e psiquiatria, pois, segundo declarou, os jovens estão doentes.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Eden Mattar destacou a importância da parceria entre as diversas instituições para a concretização dos direitos de crianças e adolescentes. Apontou a necessidade de um acompanhamento junto à família, para que cada uma seja capaz de reconhecer sinais de violência, que, infelizmente, segundo declarou, começa dentro dos próprios lares. Relatou seu comparecimento à Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes, em que percebeu que as crianças possuem consciência de quão importante é a colaboração delas nos depoimentos. Avaliou que a rede que vai sendo formada, a partir do núcleo familiar, e vai se espalhando junto à escola, o centro de saúde, o conselho tutelar, de forma que as crianças e os adolescentes possam entender o Poder Público como efetivos parceiros. Disse ser preciso dar a estes, enquanto sujeitos de direitos, voz ativa para que possam construir seu futuro, com introdução a cursos de capacitação e de profissionalização que atendam aos seus desejos e sonhos.

Reinaldo Salgueiro apontou que o mês de maio é destinado à reflexão sobre a violência contra a criança e o adolescente, mas que as ações devem ser feitas durante todo o ano. Para ele, o país não se desenvolverá se não envolver a criança e o adolescente em suas políticas públicas. Declarou, então, que o Centro Pop Miguilim, que completa 30 anos de existência e com atendimento diário, é referência em serviços especializados a crianças e adolescentes em situação ou trajetória de vida nas ruas, atuando para proteger este público de violências física, psicológica, sexual, abandono ou qualquer outro tipo de vulnerabilidade que possa interferir nos seus direitos. Além disso, o Centro Pop Miguilim oferece alimentação, kit de higiene, banho, acesso a serviços e políticas públicas, promovendo direitos a crianças e



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

adolescentes vulneráveis com o intuito de que, posteriormente, possam viver plenamente sua fase adulta. Apontou que a violência sexual, ou seja, aquela em que há exploração sexual com finalidade lucrativa, só pode ser combatida por meio do fortalecimento da rede, atendimento à família e dando voz à criança. Nesse sentido, destacou que o Centro Pop Miguilim estimula o protagonismo e a autonomia das crianças e adolescentes atendidos para possibilitar o enfrentamento das vulnerabilidades e do risco social e pessoal, construindo o processo de saída das ruas e promovendo o convívio familiar e comunitário. Defendeu o uso de equipes multiprofissionais. Registrou que o Miguilim funciona no castelinho da Floresta, o que, em seu entendimento é acolhedor, pois ajuda a ressignificar traumas e angústias da criança e do adolescente e indicar sentido para uma fase adulta plena. Prestou homenagem ao vereador Pedro Patrus, por meio de um certificado, que demonstra seu compromisso com a causa infanto-juvenil.

O vereador Pedro Patrus disse possuir grande carinho pelo Centro Pop Miguilim, pelo fato de seus pais terem trabalhado lá. Desejou vida longa a esse trabalho. Disse ser-lhe honroso poder contribuir com essa causa política.

Itamar José da Silva informou que o Projeto Itamar é uma associação sem fins lucrativos formada por voluntários que levam esporte e outras atividades de cunho social a jovens do Aglomerado da Serra. Manifestou satisfação pela apresentação, nesta audiência, de jovens que treinam taekwondo por meio do projeto. Em seu entendimento, o esporte possui papel fundamental na proteção dos jovens, que criam relação de confiança com professores e técnicos, os quais são adultos capazes de auxiliá-los na prevenção a situações de violência sexual, entre



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

outras. Apontou que, além do esporte, o projeto mantém uma biblioteca e uma horta comunitária em área onde antes era um lixão. Declarou que para manter o atendimento às crianças e aos adolescentes, não conta com recursos da Prefeitura. Em função disso, relatou que há dificuldade para garantir equipamento esportivo aos jovens, uma vez que a Secretaria Municipal de Esportes não oferece apoio. Além disso, faltam editais que permitam ao projeto angariar recursos para manter suas ações no Aglomerado da Serra. Diante desse cenário, considerou os técnicos e professores que atuam voluntariamente nas favelas de BH como “heróis invisíveis”, já que não contam com o apoio necessário do poder público para desenvolverem suas atividades. Disse que há escassez de políticas públicas aptas a atender os jovens esportistas e, nesse sentido, solicitou a criação de editais que permitam que projetos voltados a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade adquiram material para treino. Explicou que os jovens possuem dificuldade de conseguir o Dobok, que é o uniforme do taekwondista. Avaliou que, se não fosse o projeto, provavelmente as crianças do Aglomerado da Serra não teriam acesso ao Taekwondo, já que não possuem recursos para adquirir o material esportivo.

Às 11h35min, o presidente prorrogou a reunião por uma hora.

Fernanda agradeceu a oportunidade de poder participar desta audiência pública. Criticou a falta de acesso às secretarias municipais. Considerou que se eles estão construindo políticas públicas para cuidar de crianças e adolescentes, é preciso começar a apoiar os projetos sociais, pois estes estão mais próximos dos envolvidos. Destacou a horta comunitária criada por meio do Projeto Itamar, que foi instalada em local onde funcionava um lixão. Há, também, uma biblioteca que vive



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de doações; O projeto cuida das crianças não apenas no mês de maio, mas o ano todo, de forma voluntária e com recursos próprios. Relatou que a academia do projeto Itamar foi, inclusive, premiada em campeonatos de Taekwondo.

Carlos Guilherme informou que, em Minas Gerais, há três federações vinculadas à Liga Nacional e o Projeto Itamar não está vinculado a nenhuma delas. Em função disso, comprometeu-se a ajudar com relação a obtenção de quimonos e nos exames para mudança de faixa. Apontou que a Lei Pelé estabelece que o esporte deve ser tratado no viés educacional, social e de rendimento. Solicitou, então, que o vereador Pedro Patrus avalie se a Secretaria Municipal de Esportes estaria trabalhando apenas no viés rendimento.

Pedro, que integra o projeto Itamar, disse ter 14 anos e que iniciou seus treinos de taekwondo aos cinco. Relatou já ter participado de diversas competições, inclusive, no exterior e que vem acumulando títulos ao longo desses anos em que se dedica ao esporte. Considerou que o taekwondo não se trata apenas de um esporte, mas também faz com que seus praticantes adquiram disciplina, que também é utilizada nos estudos e no trabalho.

Rafael Alvarenga disse ser preciso convocar a população a destinar parte de seu imposto de renda devido ao FMDCA/BH, de forma a definir em que será empregado aquela parte do imposto de renda. Afirmou que esse fundo fomenta projetos de temas bastante variados, sempre direcionados à criança e ao adolescente, com caráter inovativo, além de abordarem a violência sexual, são realizados em espaços de acolhimento. Avaliou que a criança ou adolescente que participa desse tipo de ação torna-se capaz de se reconhecer ou se livrar qualquer



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

tipo de violência. Destacou, por fim, o plano de ação do fundo é direcionado a ações de promoção, prevenção e enfrentamento às múltiplas violações de direitos de crianças e adolescentes, priorizando públicos mais vulneráveis, além da realização de campanhas educativas. Informou que o fundo lança, anualmente, editais de chamamento público para uso de seus recursos para organizações que estão inscritas no conselho. Nesse sentido, solicitou que o Projeto Itamar se inscrevesse para captação de recursos para o desenvolvimento de seus projetos.

Maria Tereza informou que foi montado um grupo de trabalho para elaborar uma metodologia de participação de adolescentes no Comitê de Participação de Adolescentes. Destacou, ainda, outro grupo de trabalho direcionado ao tema letalidade infanto-juvenil.

Gleicenir Teixeira reafirmou que a política destinada à criança e ao adolescente é intersetorial e, portanto, deve ser desenvolvida e articulada por uma gama de setores diversos: executivo, judiciário, organizações da sociedade civil, entre outros. Avaliou que, apesar das ações confrontadoras realizadas neste mês, a campanha do Maio Laranja deve ser contínua. Relatou que diversas ações já haviam sido realizadas neste mês pela assistência social em conjunto com a educação, por meio de contações de histórias, utilizando o livro “Não me Toque seu Boboca”, de forma a que crianças e adolescentes sejam capazes de identificar a violência; além de rodas de conversas, com apoio da Guarda Municipal, com enfoque, também, na utilização das redes sociais. Informou que, no fim do mês, um seminário promoverá o encerramento das atividades do Maio Laranja. Registrou, ainda, que na página eletrônica da PBH estão relacionadas todas as ações por ela



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

desenvolvidas neste mês. Destacou o Plano Municipal da Criança e do Adolescente – Pmia – que visa garantir o atendimento prioritário e integral à criança e ao adolescente nos serviços da rede de proteção social do município e este instrumento resultará em ações práticas e articuladas de responsabilidade do poder público e dos diversos atores sociais, compromissados com a defesa e garantia de direitos de crianças e adolescentes. Considerou, por fim, que trabalhar conscientização é também trabalhar proteção, que ocorre com o trabalho em rede que promova o acolhimento da criança e do adolescente.

Rodrigo Correia declarou que a violência ocorre em diferentes camadas e, portanto, disse ser preciso entender os problemas que estão na raiz da violência sexual, como o machismo e a intimidação de famílias a buscarem apoio policial. Criticou, ainda, a divulgação de campanhas por meio da internet, quando muitas pessoas ainda não possuem acesso à internet. Defendeu que, por meio de linguagem e tecnologia, essas campanhas consigam realmente atingir o público-alvo: crianças e adolescentes.

Elizabete Vieira Gomes disse, direcionada às crianças e aos adolescentes presentes, que o comitê existe para defender os direitos humanos delas. Lembrou a eles que eles têm direito a uma educação de qualidade, lazer, esporte e turismo, independentemente do local em que habitam. Avaliou, no entanto, que o direito à uma sexualidade saudável jamais pode ser violado, ou seja, as crianças e os adolescentes devem ter o corpo respeitado, de forma a viver cada fase da vida no tempo certo. Destacou, por fim, ser preciso que crianças e adolescentes conheçam



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

seus direitos, para que consigam reclamar quando esses direitos forem desrespeitados.

O presidente reconheceu a importância da audiência pública e propôs que a casa se transformasse em permanente diálogo sobre o tema. Comprometeu-se a apoiar os projetos apresentados nesta reunião para ampliar e qualificar ainda mais o atendimento a crianças e adolescentes.

### ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos.

Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pela presidenta ou pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

<b>ATA APROVADA</b>
<b>Distribuição para impugnação:</b> ____/____/____
<b>Comunicação de aprovação:</b> ____/____/____
_____ <b>presidenta/presidente</b>